

ano 16 - n. 65 | julho/setembro - 2016  
Belo Horizonte | p. 1-300 | ISSN 1516-3210 | DOI: 10.21056/aec.v16i65  
A&C – R. de Dir. Administrativo & Constitucional  
[www.revistaaec.com](http://www.revistaaec.com)

# A&C

**Revista de Direito  
ADMINISTRATIVO  
& CONSTITUCIONAL**

**A&C - ADMINISTRATIVE &  
CONSTITUTIONAL LAW REVIEW**

# A&C – REVISTA DE DIREITO ADMINISTRATIVO & CONSTITUCIONAL

**IPDA**  
Instituto Paranaense  
de Direito Administrativo



© 2016 Editora Fórum Ltda.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, de fotocópias ou de gravação, sem permissão por escrito do possuidor dos direitos de cópias (Lei nº 9.610, de 19.02.1998).



Luís Cláudio Rodrigues Ferreira  
Presidente e Editor

Av. Afonso Pena, 2770 – 15º andar – Savassi – CEP 30130-012 – Belo Horizonte/MG – Brasil – Tel.: 0800 704 3737  
www.editoraforum.com.br / E-mail: editoraforum@editoraforum.com.br

Impressa no Brasil / Printed in Brazil / Distribuída em todo o Território Nacional

Os conceitos e opiniões expressas nos trabalhos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

A246 A&C : Revista de Direito Administrativo & Constitucional. – ano 3, n. 11, (jan./mar. 2003). – Belo Horizonte: Fórum, 2003-

Trimestral  
ISSN: 1516-3210

Ano 1, n. 1, 1999 até ano 2, n. 10, 2002 publicada pela Editora Juruá em Curitiba

1. Direito administrativo. 2. Direito constitucional.  
I. Fórum.

CDD: 342  
CDU: 342.9

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo

Capa: Igor Jamur

Projeto gráfico: Walter Santos

## Periódico classificado no Estrato A1 do Sistema Qualis da CAPES - Área: Direito.

### Qualis – CAPES (Área de Direito)

Na avaliação realizada em 2015, a revista foi classificada no estrato A1 no Qualis da CAPES (Área de Direito).

### Entidade promotora

A *A&C – Revista de Direito Administrativo e Constitucional*, é um periódico científico promovido pelo Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar com o apoio do Instituto Paranaense de Direito Administrativo (IPDA).

### Foco, Escopo e Público-Alvo

Foi fundada em 1999, teve seus primeiros 10 números editorados pela Juruá Editora, e desde o número 11 até os dias atuais é editorada e publicada pela Editora Fórum, tanto em versão impressa quanto em versão digital, sediada na BID – Biblioteca Digital Fórum. Tem como principal objetivo a divulgação de pesquisas sobre temas atuais na área do Direito Administrativo e Constitucional, voltada ao público de pesquisadores da área jurídica, de graduação e pós-graduação, e aos profissionais do Direito.

### Linha Editorial

A linha editorial da *A&C – Revista de Direito Administrativo & Constitucional*, estabelecida pelo seu Conselho Editorial composto por renomados juristas brasileiros e estrangeiros, está voltada às pesquisas desenvolvidas na área de Direito Constitucional e de Direito Administrativo, com foco na questão da efetividade dos seus institutos não só no Brasil como no Direito comparado, enfatizando o campo de intersecção entre Administração Pública e Constituição e a análise crítica das inovações em matéria de Direito Público, notadamente na América Latina e países europeus de cultura latina.

### Cobertura Temática

A cobertura temática da revista, de acordo com a classificação do CNPq, abrange as seguintes áreas:

- Grande área: Ciências Sociais Aplicadas (6.00.00.00-7) / Área: Direito (6.01.00.00-1) / Subárea: Teoria do Direito (6.01.01.00-8) / Especialidade: Teoria do Estado (6.01.01.03-2).
- Grande área: Ciências Sociais Aplicadas (6.00.00.00-7) / Área: Direito (6.01.00.00-1) / Subárea: Direito Público (6.01.02.00-4) / Especialidade: Direito Constitucional (6.01.02.05-5).
- Grande área: Ciências Sociais Aplicadas (6.00.00.00-7) / Área: Direito (6.01.00.00-1) / Subárea: Direito Público (6.01.02.00-4) / Especialidade: Direito Administrativo (6.01.02.06-3).

### Indexação em Bases de Dados e Fontes de Informação

Esta publicação está indexada em:

- Ulrich's Periodicals Directory
- Latindex
- Directory of Research Journals Indexing
- Universal Impact Factor
- CrossRef
- Google Scholar
- RVBI (Rede Virtual de Bibliotecas – Congresso Nacional)
- Library of Congress (Biblioteca do Congresso dos EUA)

### Processo de Avaliação pelos Pares (Double Blind Peer Review)

A publicação dos artigos submete-se ao procedimento *double blind peer review*. Após uma primeira avaliação realizada pelos Editores Acadêmicos responsáveis quanto à adequação do artigo à linha editorial e às normas de publicação da revista, os trabalhos são remetidos sem identificação de autoria a dois pareceristas *ad hoc* portadores de título de Doutor, todos eles exógenos à Instituição e ao Estado do Paraná. Os pareceristas são sempre Professores Doutores afiliados a renomadas instituições de ensino superior nacionais e estrangeiras.

*A&C – Revista de Direito Administrativo & Constitucional* realiza permuta com as seguintes publicações:

- *Revista da Faculdade de Direito*, Universidade de São Paulo (USP), ISSN 0303-9838
- *Rivista Diritto Pubblico Comparato ed Europeo*, ISBN/EAN 978-88-348-9934-2

# A qualidade das instituições importa? Os protestos no Brasil no governo Rousseff

*Does the quality of institutions matter?  
Protests in Brazil under Rousseff's  
government*

**André Felipe Canuto Coelho\***

Faculdade Damas da Instrução Cristã (Pernambuco, Brasil)  
afccbgp@hotmail.com

**Bruna Estima Borba\*\***

Faculdade Damas da Instrução Cristã (Pernambuco, Brasil)  
brunaestimaborba@gmail.com

**Recebido/Received:** 03.10.2015 / October 03<sup>rd</sup>, 2015

**Aprovado/Approved:** 19.01.2016 / January 19<sup>th</sup>, 2016

---

Como citar este artigo/*How to cite this article*: COELHO, André Felipe Canuto; BORBA, Bruna Estima. A qualidade das instituições importa? Os protestos no Brasil no governo Rousseff. *A&C – Revista de Direito Administrativo & Constitucional*, Belo Horizonte, ano 16, n. 65, p. 219-247, jul./set. 2016. DOI: 10.21056/aec.v16i65.266. DOI: 10.21056/aec.v16i65.266.

\* Professor dos cursos de Mestrado e de Graduação em Direito da Faculdade Damas da Instrução Cristã – ARIC (Recife-PR, Brasil). Possui Doutorado em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) (2011), Mestrado em Direito pela UFPE (2005) e Graduação em Economia pela UFPE (1991). É Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil. Compõe o corpo editorial da Revista da Receita Federal: Estudos Tributários e Aduaneiros. E-mail: afccbgp@hotmail.com.

\*\* Professora dos cursos de Mestrado e de Graduação em Direito da Faculdade Damas da Instrução Cristã – ARIC (Recife-PR, Brasil). Professora Adjunta de Direito Tributário e de Direito Financeiro do Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE (Recife-PE, Brasil). Possui Doutorado em Direito pela UFPE (2011), Mestrado em Direito pela UFPE (2004), Especialização em Economia pela UFPE (1991), Graduação em Direito pela UFPE (2000) e Graduação em Engenharia Mecânica pela UFPE (1982). É Auditora Fiscal da Receita Federal do Brasil aposentada. ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-2966-2748>. E-mail: brunaestimaborba@gmail.com.

**Resumo:** A partir de junho de 2013 o Brasil vem assistindo a uma série de protestos que não se viam desde o início da década de noventa. O que leva uma pessoa a utilizar-se de uma forma não convencional de fazer política? O arcabouço institucional conta? De acordo com a teoria da Estrutura de Oportunidade Política (EOP), dada a baixa credibilidade das instituições representativas no Brasil, mais manifestações eram até esperadas. Quando comparado com outras nações latino-americanas com qualidade de vida semelhante, verifica-se que seus vizinhos confiam mais em seus partidos e em seus políticos, malgrado protestarem mais. Seria o Brasil um *outlier*? Uma revisão da literatura e um estudo empírico com a utilização dos dados da pesquisa de opinião realizada pelo *World Values Survey* em 2014 apontam que não é só a baixa confiabilidade de seus partidos e representantes que motivou os brasileiros a irem às ruas. O grau de confiabilidade de várias outras instituições do país, tal como avaliada pela população, seja a imprensa ou o Judiciário, e a confiança na democracia como um valor em si importam sobremaneira. Dado que essas instituições são mais bem avaliadas, em média, no Brasil, que em outras nações de nosso subcontinente, a interação dessas variáveis resulta em uma menor propensão ao protesto.

**Palavras-chave:** Protesto. Democracia. Instituições. Governo Rouseff. Brasil.

**Abstract:** The mass movements, starting in June 2013 in Brazil, were the largest and most significant protests in a generation, and since then they have not yet stopped. What leads a person to protest? Does the institutional framework matter? According to the theory of Political Opportunity Structure (POS), given the low confidence in representative institutions in Brazil, more demonstrations were even expected. Comparing with other Latin American nations, we found that its neighbors rely more on their parties and on their politicians, although they protest more often. Would Brazil be an outlier? A review of the literature and an econometric test using data from the 2014 World Values Survey pointed out that not only the low confidence in their parties and in their representatives led Brazilians to protest. The degree of confidence in some other institutions, such as the press, the judiciary and confidence in democracy matter greatly. Since those institutions are better evaluated, on average, in Brazil, than in other countries of the subcontinent, the interaction of these variables results in a lower propensity to participate in an unconventional political activity.

**Keywords:** Protest. Democracy. Institutions. Rouseff's Government. Brazil.

**Sumário:** Introdução – **1** Definindo protesto e movimentos sociais – **2** Em busca de um referencial teórico – **3** Uma avaliação empírica – **4** Conclusão – Referências

---

*When do individuals act jointly in order to achieve their common goal? Individuals who act jointly may be any collectivity of individuals with a common goal.*

Mancur Olson<sup>1</sup>

## Introdução

Aos 17 de junho de 2013, o Brasil assistiu a um protesto de 100 mil pessoas na cidade do Rio de Janeiro e manifestações simultâneas em várias outras cidades, consagrando as chamadas jornadas de junho daquele ano. Idealizados inicialmente pelo Movimento Passe Livre, que buscava a gratuidade nos transportes coletivos no país, os protestos haviam irrompido em algumas capitais de forma desorganizada,

---

<sup>1</sup> OLSON, M. *The logic of collective action*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1965, p. 6.

mas foram se acentuando e adquirindo mais atenção e adesão. Apesar das várias tentativas na busca de uma explicação, nenhuma delas mostrou-se suficiente diante das muitas fases do movimento, das suas múltiplas motivações e dos agrupamentos sociais envolvidos.<sup>2</sup>

Seguidamente, aos 18 de junho, o instituto Datafolha<sup>3</sup> e, aos 20, o Ibope<sup>4</sup> realizaram pesquisas de opinião que revelaram que a principal preocupação dos manifestantes era a discordância com a política do país, aí incluída a questão da corrupção. Igualmente relevantes eram as inquietações quanto à qualidade do transporte público, da saúde, da educação e da segurança. Havia uma grande insatisfação com a maneira pela qual as políticas públicas estavam sendo implementadas e com as prioridades de políticas dadas pelos nossos governantes. Tratou-se de externar o desejo de ampliação e de renovação da democracia, o que significava, evidentemente, ouvir a população.

Ainda que, em alguns momentos, grupos tenham se apropriado do movimento para perpetrar atentados à ordem vigente – os *Black Blocs*; e que as repressões tenham sido ocasionalmente excessivas, as manifestações mostraram-se, em sua maior parte, pacíficas, revelando que a população estava atenta para o comando da nação.

À medida que os movimentos recrudesciam e com a queda de popularidade do governo central, aventaram-se propostas para a convocação de um plebiscito: o eleitorado decidiria sobre um processo constituinte específico destinado a fazer uma ampla reforma política. Foram também suscitados pactos para uma maior responsabilidade fiscal e para uma melhor eficiência na prestação de serviços públicos.

A partir de agosto de 2013, as contestações foram arrefecendo e nenhuma das propostas foi levada adiante. Um ano depois, o país foi novamente palco de protestos por ocasião dos preparativos para a Copa do Mundo de 2014. Ainda que o número de manifestantes tenha sido menor do que nas jornadas do ano anterior, eles mostraram que o sentimento de insatisfação permanecia.

Vieram as eleições gerais do país no segundo semestre de 2014 e grande parte da opinião pública foi polarizada pela mais acirrada disputa política para uma eleição presidencial no país, em que o favoritismo da candidata à reeleição pelo Partido dos Trabalhadores (PT) foi inicialmente incomodado pela morte inesperada do concorrente pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), o que tornou, em um primeiro momento, sua

<sup>2</sup> SINGER, André. Brasil, junho de 2013, classes e ideologias cruzadas. *Novos estudos – CEBRAP*. São Paulo, n. 97, p. 23-40, nov. 2013. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-33002013000300003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002013000300003&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 21 set. 2015.

<sup>3</sup> DATAFOLHA. *Protestos sobre aumento na tarifa dos Transportes II*. São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2013/06/19/protestos-aumento-tarifa-ii.pdf>>. Acesso em: 08 jul. 2015.

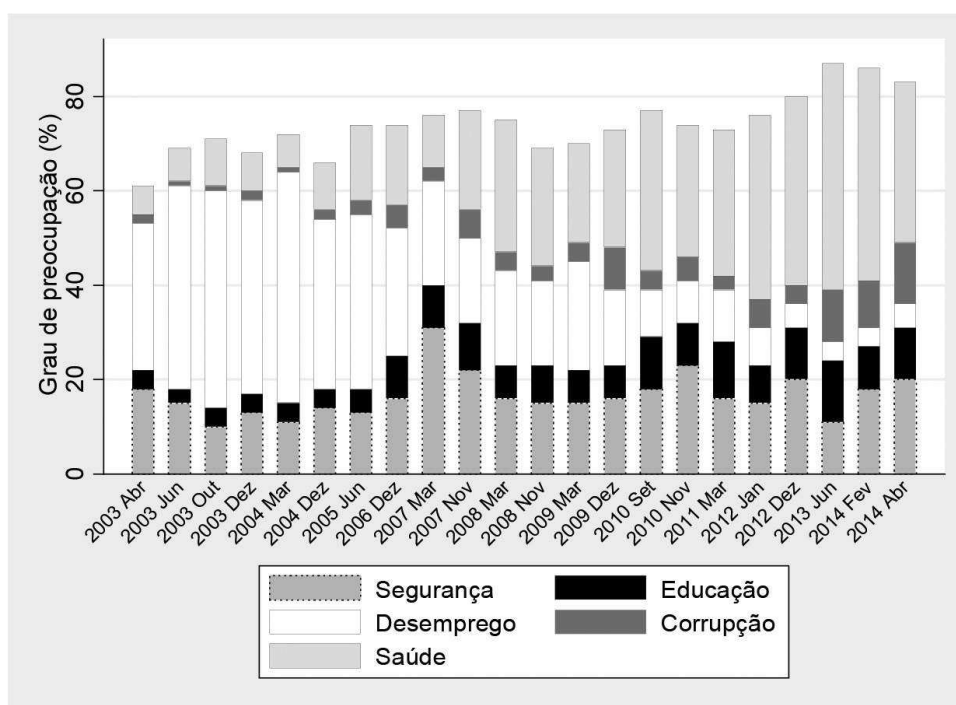
<sup>4</sup> IBOPE. *Protestos de rua*. São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/06/veja-integra-da-pesquisa-do-ibope-sobre-os-manifestantes.html>>. Acesso em: 08 jul. 2015.

candidata a vice, Marina Silva, favorita nas pesquisas. No entanto, antes do 1º turno das eleições, o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) firmou-se na disputa: conseguiu ir para o 2º turno, onde perdeu por 3,5% dos votos para o PT.

Os avanços sociais esboçados pelo Brasil nos governos de Cardoso (1995-2002) foram ampliados nos governos de Lula (2003-2010) e no primeiro mandato de Rousseff (2011-2014). Foram efetivados mediante uma pletera de programas desde a transferência de renda para famílias em extrema pobreza (Bolsa Família) a financiamentos de moradias (Minha Casa, Minha Vida) e de mensalidades universitárias (FIES), passando por uma valorização real do salário mínimo e de todos os benefícios a ele vinculados, como aposentadorias e pensões.

Entrementes, ao longo desta década, o Brasil ainda se mostrava incapaz de oferecer qualidade e eficiência na prestação de alguns serviços básicos, como segurança, educação e saúde. Nesse diapasão, o instituto Datafolha revelava que, desde 2003, crescia a preocupação da população com as prestações destes serviços pelo poder público:<sup>5</sup>

**Gráfico 1: Percepção dos principais problemas no Brasil**



<sup>5</sup> FOLHA DE SÃO PAULO. *Preocupação com a saúde cai 11 pontos, aponta Datafolha*. São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/04/1436998-preocupacao-com-a-saude-cai-11-pontos-em-meio-a-politicas-do-governo-dilma.shtml>>. Acesso em: 30 jul. 2015.

Simultaneamente a esse descompasso, havia um discurso oficial de que o Brasil acabava de se tornar um país de classe média.<sup>6</sup> Um país de classe média que, não obstante, continuava muito desigual e carente. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2013<sup>7</sup> aferiu que, em 2013, 58,3% dos lares brasileiros possuíam máquina de lavar, quase a metade (49,5%), computadores, e uma forte presença de fogão (98,8%) e televisão (97,2%). Entrementes, apenas 48,6% da população tinha acesso, em 2013, à rede de esgoto, e apenas 39% do esgoto coletado era tratado.<sup>8</sup> Na última avaliação do desempenho escolar realizado pelo PISA (*Programme for International Student Assessment* – Programa Internacional de Avaliação de Estudantes) em 2012, o Brasil apresentou um resultado abaixo da média em matemática, leitura e ciências, posicionando-se no quintil inferior entre os 65 países que participaram do certame.<sup>9</sup>

Importa assinalar que, a partir de 2014, com o final do ciclo de alta das *commodities*, o país experimentou uma forte queda do preço das suas exportações e uma alta do prêmio de risco soberano, o que gerou forte desvalorização cambial. De mais a mais, importantes setores como óleo e gás, a indústria naval e a construção civil pesada foram severamente afetados pela deterioração da capacidade de investimento da estatal Petrobras. O controle dos preços dos combustíveis, a sua má gestão e os problemas advindos das investigações da Polícia Federal, do Ministério Público Federal e da Secretaria da Receita Federal, no que ficou conhecido como Operação Lava Jato, retiraram da maior empresa brasileira grande parte de sua capacidade de inversão.

A deterioração econômica, o não cumprimento de promessas eleitorais e as descobertas da Operação da Lava Jato, por sua vez, ocasionaram outra crise, a política. Ao gerar mais incertezas e elevar os prêmios de risco, os investimentos privados foram adiados. As pesquisas de avaliação do governo realizadas pelo IBOPE e Datafolha, a partir de junho de 2015, mostravam um governo bem avaliado por

<sup>6</sup> Para um estudo mais completo acerca da nova classe média latino-americana, ver FERREIRA, Francisco H. G.; MESSINA, Julian; RIGOLINI, Jamele; LÓPEZ-CALVA, Luis-Felipe; LUGO, Maria Ana; VAKIS, Renos. *Economic mobility and the rise of the Latin American middle class*. Washington, DC: World Bank. 2013.

<sup>7</sup> IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – 2013*. Brasília, 2013. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2013/>>. Acesso em: 01 set. 2015.

<sup>8</sup> TRATABRASIL. *Saneamento no Brasil*. 2015. Disponível em: <<http://www.tratabrasil.org.br/saneamento-no-brasil>>. Acesso em: 20 ago. 2015.

<sup>9</sup> O objetivo do Pisa é produzir indicadores que contribuam para a discussão da qualidade da educação nos países participantes, de modo a subsidiar políticas de melhoria do ensino básico. A avaliação procura verificar até que ponto as escolas de cada país participante estão preparando seus jovens para exercer o papel de cidadãos na sociedade contemporânea. Além de observar as competências dos estudantes em leitura, matemática e ciências, o Pisa coleta informações para a elaboração de indicadores contextuais, os quais possibilitam relacionar o desempenho dos alunos a variáveis demográficas, socioeconômicas e educacionais. Para os últimos dados, consultar: OECD. *Database – PISA 2012*. Paris, 2013. Disponível em: <<http://pisa2012.acer.edu.au/>>. Acesso em: 14 jul. 2015.



apenas aproximadamente 10% da população,<sup>10</sup> o índice mais baixo desde o início da série histórica na década de oitenta.

Por outro lado, o Brasil, ao longo de 2015, apresentava, a cada semana, uma piora nas projeções de crescimento econômico. A mediana das previsões do mercado saiu de uma variação positiva do PIB, em 2015, para algo próximo a uma retração de 3%. Para 2016, a projeção em 2015 era a de que a economia também se encaminhava para uma contração, ainda que em um patamar inferior.<sup>11</sup> Concretizadas as previsões, seria a primeira vez, desde 1930, que o país enfrentaria dois anos seguidos de recessão.<sup>12</sup>

Diante desse quadro, vieram novos protestos, agora com datas marcadas, em março, abril e agosto de 2015. Algumas questões são colocadas neste trabalho: os protestos recentes no Brasil eram esperados? O que leva uma pessoa, os grupos a protestar? A quantidade e a qualidade das organizações contam? O arcabouço institucional importa? São diversas as teorias que tentam explicar por que as pessoas protestam. Entre elas, apontamos a teoria da Estrutura de Oportunidade Política (EOP),<sup>13</sup> prevista por Eisinger em 1973,<sup>14</sup> cuja preocupação é verificar que aspectos do sistema político afetam a capacidade de mobilização de grupos.

Especial atenção foi dada pelo autor aos sistemas eleitorais e aos partidos políticos. Nessa senda, quanto mais se veem as eleições como deficientes, os partidos, fracos e há pouca opção efetiva nas eleições, mais desinteressantes se tornam as eleições, mesmo para aqueles que se sentem motivados politicamente. Quando os partidos políticos não são percebidos como um efetivo meio de expressar as demandas individuais e coletivas, protestar-se-ia mais.

Respeitante a esse tema Arendt<sup>15</sup> vaticinava há mais de cinquenta anos:

Seja como for, nem o povo em geral nem os cientistas políticos em particular deixam muitas dúvidas de que os partidos, devido a seu monopólio das indicações, não podem ser vistos como órgãos populares,

<sup>10</sup> IBOPE. *Pesquisa CNI – IBOPE: avaliação do governo (junho 2015)*. Brasília: CNI, 2015. Disponível em: <[http://arquivos.portaldaindustria.com.br/app/cni\\_estatistica\\_2/2015/07/01/31/Pesquisa\\_CNI-IBOPE\\_Avaliacao\\_do\\_Governo\\_Junho2015.pdf](http://arquivos.portaldaindustria.com.br/app/cni_estatistica_2/2015/07/01/31/Pesquisa_CNI-IBOPE_Avaliacao_do_Governo_Junho2015.pdf)>. Acesso em: 08 jul. 2015. IBOPE. *Pesquisa CNI – IBOPE: avaliação do governo (setembro 2015)*. Brasília: CNI, 2015. Disponível em: <<http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/Documents/Pesquisa%20CNI-IBOPE%20Avalia%C3%A7%C3%A3o%20do%20Governo%20Set15.pdf>>. Acesso em: 01 out. 2015. DATAFOLHA. *Avaliação da presidente Dilma Rousseff*. Agosto, 2015. Disponível em: <[http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2015/08/06/avaliacao\\_dilma\\_agosto\\_2015.pdf](http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2015/08/06/avaliacao_dilma_agosto_2015.pdf)>. Acesso em: 23 set. 2015.

<sup>11</sup> BACEN. Focus – Relatório de Mercado. Brasília, 2015. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?FOCUSRELMERC>>. Acesso em: 21 set. 2015.

<sup>12</sup> CAMPOS, Álvaro. *Para Monica de Bolle Brasil enfrenta uma tempestade perfeita*. Estado de São Paulo, 22 ago. 2015. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,para-monica-de-bolle-brasil-enfrenta-uma-tempestade-perfeita-imp-1748757>>. Acesso em: 21 set. 2015.

<sup>13</sup> POS em inglês, *Political Opportunity Structure*.

<sup>14</sup> EISINGER, Peter K. The conditions of protest behavior in American cities. *American Political Science Review*, n. 67, p. 11-28, 1973.

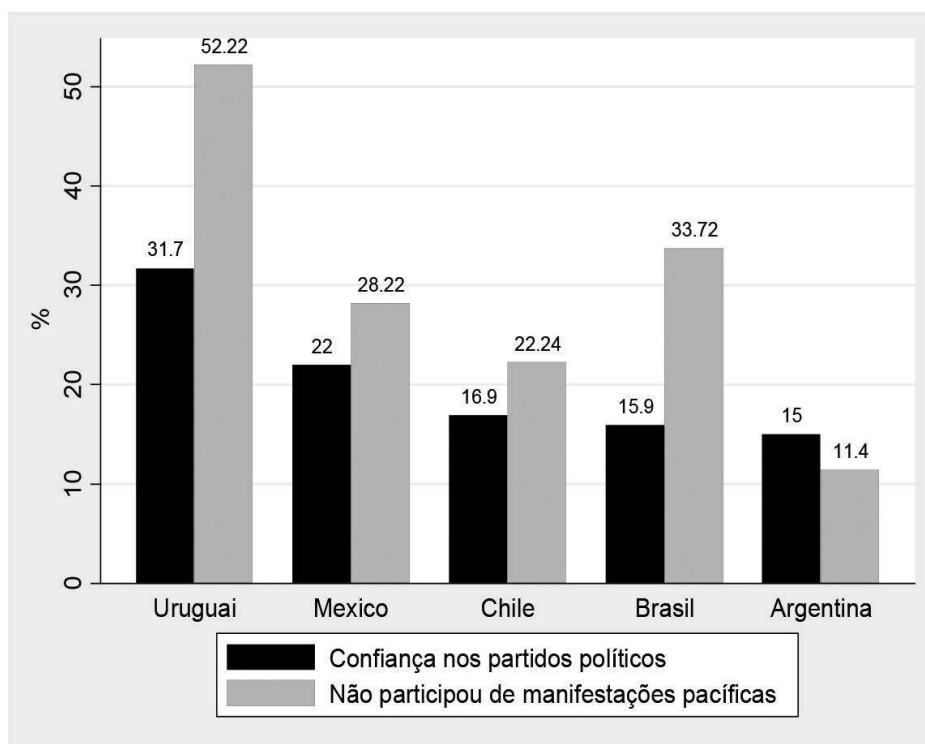
<sup>15</sup> ARENDT, Hannah. *Sobre a revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p. 337.



sendo, muito pelo contrário, instrumentos muito eficientes para restringir e controlar o poder do povo. É fato que o governo representativo se tornou um governo oligárquico, mas não no sentido clássico de um governo de poucos para poucos; o que hoje chamamos de democracia é uma forma de governo em que poucos governam no interesse, pelo menos supostamente, da maioria. Esse governo é democrático no sentido em que o bem-estar popular e a felicidade privada são seus objetivos principais; mas pode ser chamado de oligárquico no sentido em que a felicidade pública e a liberdade pública voltaram a ser privilégios de uma minoria.

Ora, ao verificarmos os países latino-americanos com qualidade de vida semelhante ao do Brasil, exsurge que os nossos vizinhos confiam mais em seus partidos e em seus políticos, malgrado protestarem mais. De acordo com a teoria da EOP, seria o Brasil um *outlier*?<sup>16</sup> Utilizando os dados da última rodada do *World Values Survey*<sup>17</sup> de 2014 (*Wave 6*)<sup>18</sup> temos que:

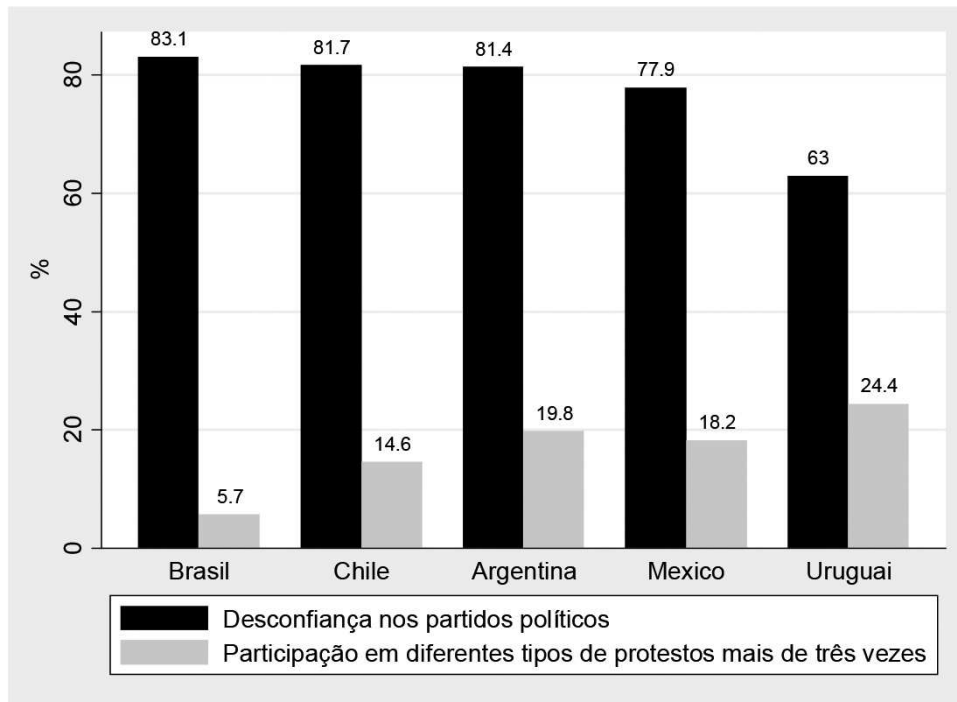
**Gráfico 2: Confiança nos partidos políticos e participação em manifestações**



<sup>16</sup> Em português, valor anômalo, caso excepcional, atípico.

<sup>17</sup> O *World Values Survey* é um projeto de pesquisa global que explora os valores e as crenças das pessoas, como eles mudam ao longo do tempo e qual seu o impacto social e político. É realizado por uma rede mundial de cientistas sociais que, desde 1981, empreendem pesquisas nacionais representativas em quase 100 países.

<sup>18</sup> WORLD VALUES SURVEY. *World Values Survey Wave 6: 2010-2014*. King's College Old Aberdeen – United Kingdom, 2014. Disponível em: <<http://www.worldvaluessurvey.org/WVSDocumentationWV6.jsp>>. Acesso em: 12 jun. 2015.

**Gráfico 3: Desconfiança nos partidos políticos e participação em protestos**

No gráfico 2, o Brasil apresenta baixa confiabilidade em seus partidos, mas, ainda assim, seus habitantes não integraram manifestações pacíficas tal qual o fizeram os chilenos e os argentinos. No gráfico seguinte, apontamos que, apesar de os brasileiros apresentarem-se como aqueles que mais desconfiam de seus partidos, não se encontram motivados para participarem de diferentes tipos de protestos.<sup>19</sup>

Mediante um estudo empírico com a utilização dos dados da pesquisa de opinião realizada pelo WVS em 2014, sublinhamos que não é só a baixa confiabilidade de seus partidos e representantes que levou os brasileiros a protestar. O grau de confiabilidade de várias outras instituições do país, tal como avaliada pela população, seja da imprensa, da atividade jurisdicional e da confiança na democracia como um valor em si importa sobremaneira. Dado que essas instituições são mais bem avaliadas, em média, no Brasil, que em outras nações de nosso subcontinente, a interação dessas variáveis resulta em uma menor propensão à participação em atividades políticas não convencionais.

O nosso estudo suscita igualmente que a crise de confiança pela qual vem passando o Brasil não é o resultado de uma grande crise institucional: o Judiciário, o Ministério Público, a Polícia Federal, a imprensa e até mesmo os mercados<sup>20</sup> parecem

<sup>19</sup> A saber: marchas, utilização de veículos (especialmente bicicletas), interrupção de tráfego, greve de fome, resistência civil, resistência não violenta, ocupação, etc.

<sup>20</sup> Nóbrega pontua que “[...] a crise fez cair a confiança e inibe investimentos, mas não paralisa o funcionamento da atividade econômica. Os participantes dos mercados avaliam e precificam riscos, gerando alertas típicos de países desenvolvidos. Contribuem, dessa forma, para corrigir rumos, embora a teimosia do governo tenha

resistir bravamente às tensões e às pressões. Os resultados preliminares apontam para um amortecimento no ímpeto e na frequência das manifestações devido à crença de que algumas instituições no Brasil ainda funcionam e de que a democracia é um valor que precisa ser preservado.

O artigo está assim estruturado. O capítulo 1 vai mostrar o que a literatura entende como grupo de protesto e como movimento social. Em seguida, no capítulo 2, após fazermos uma breve digressão sobre o ato de votar, adentraremos na teoria da Estrutura de Oportunidade Política. Os dados da pesquisa de opinião realizada pelo *World Values Survey* foram utilizados, no capítulo 3, em uma regressão logística.<sup>21</sup> Os resultados apontaram que, no Brasil, as variáveis ligadas à avaliação subjetiva de importantes instituições formais precisam ser levadas em consideração para se determinar a propensão para o protesto. Ao final, na conclusão, procedemos a uma síntese da problemática tratada ademais de lançar algumas propostas para pesquisas ulteriores.

## 1 Definindo protesto e movimentos sociais

Podemos encontrar na literatura das Ciências Sociais uma série de definições para as ações de protestos e para os movimentos sociais,<sup>22</sup> ainda que algumas delas não se apresentem com a clareza necessária ou então se apliquem a fenômenos distintos. Pela definição de Diani,<sup>23</sup> os movimentos sociais podem ser definidos como “[...] redes de interação informal entre uma pluralidade de indivíduos, grupos e/ou organizações, envolvidos em um conflito político ou cultural com base em uma identidade coletiva compartilhada”. Já para Tarrow<sup>24</sup> seriam “[...] as sequências de confrontos políticos que estão fundamentadas nas redes sociais subjacentes, emolduradas em fortes ações coletivas e que desenvolvem a capacidade de manutenção das ameaças contra fortes opositores”.

Toch<sup>25</sup> associa os movimentos sociais aos esforços de um grande número de pessoas para resolver coletivamente um problema que eles acreditam terem em comum. Jenkins e Form<sup>26</sup> veem os movimentos sociais como esforços organizados para

---

prolongado por certo tempo os equívocos” (NÓBREGA, Maílson. A crise não é institucional. *Revista Veja*, 09.09.2015, p. 20).

<sup>21</sup> Adiante explicitada.

<sup>22</sup> Tais definições não se apresentam como uma visão monolítica dos movimentos sociais, pois há diferentes grupos batalhando por uma variedade de questões e eles utilizam uma variedade de táticas de protesto.

<sup>23</sup> DIANI, M. The concept of social movement. *Sociological Review*, v. 40, n. 1, p. 1-25, p. 13, 1992.

<sup>24</sup> TARROW, S. *Power in movement: social movements and contentious politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998, p. 2.

<sup>25</sup> TOCH, H. *The social psychology of social movements*. Indianapolis. IN: Bobbs-Merrill, 1965, p. 5.

<sup>26</sup> JENKINS, J. C.; FORM, W. Social movements and social change. In: JANOSKI, T., ALFORD, R.; HICKS, A; SCHWARTZ, M. A. (Eds.). *The handbook of political sociology*. States, civil societies and globalization. Cambridge: Cambridge University Press, p. 331-348, 2005.

executar mudanças sociais. Anderson<sup>27</sup> define os movimentos sociais como “[...] a base para o ativismo fora das estruturas políticas formais; mas informais e relativamente não estruturadas, formas de organização em rede com uma ênfase na ação direta da política do dia a dia”.

De forma resumida, podemos apontar que os movimentos sociais podem ser definidos como: uma rede de indivíduos, grupos e/ou organizações, concentrados em torno de um fim comum e com várias identificações; com capacidade para ameaçar ou interagir pelos seus objetivos, usando ações convencionais ou não.

Já para uma definição de protesto, temos a contribuição seminal de Lipsky:<sup>28</sup> “[...] o modo de ação política visando à objeção a uma ou mais políticas públicas ou suas condições, caracterizado por uma atuação ou manifestação de natureza não convencional”. Turner<sup>29</sup> vê o ato de protesto contendo os seguintes elementos: a ação expressa uma insatisfação, uma convicção de que algo está errado ou é injusto; aqueles que protestam mostram-se incapazes de corrigir a situação apenas com seu esforço próprio; a ação é realizada para desviar a atenção para a insatisfação; a ação visa a desencadear medidas para amenizar ou solucionar a situação contestada; e os manifestantes dependem de uma combinação de compreensão e medo capaz de fazer com que o grupo contra o qual protestam acolha parte de suas pretensões.

Da análise dessas definições, verificamos que o protesto constitui-se em uma ação ou em um comportamento. Não uma ação isolada de um único indivíduo, mas uma ação coletiva. Não se configuraria protesto a ação de um indivíduo criticando a votação de um partido em uma proposta legislativa. Entretanto, a insatisfação de um grupo de pessoas a essa ação inicial, mediante, por exemplo, uma petição para mudar o voto, já seria um protesto. Outro elemento importante cinge-se ao fato de que os atores envolvidos são contrários a uma ou mais decisões de um grupo alvo (*target groups*) ou que pelo menos tenham uma insatisfação comum. Isto implica que objetivos comuns sejam perseguidos.

Relevante igualmente assinalar que os atores são incapazes de obter seus objetivos mediante seus esforços pessoais, o que os leva a pressionar determinados grupos alvos. Outra característica: o comportamento não é regular, ou seja, não é convencional, não segue padrões já estabelecidos. Eleições, grupos de pressão (*lobbies*) e consultas públicas seriam convencionais em contraste a bloqueios de vias e greves.

<sup>27</sup> ANDERSON, A. Environmental pressure politics and the risky society. In: ALLAN, S. et al. (Eds). *Environmental risks and the media*. London: Routledge, 2000, p. 94-104, p. 94.

<sup>28</sup> LIPSKY, M. Protest as a political resource. *The American Political Science Review*, v. 62, n. 4, p. 1144-1158, p. 1145, 1968.

<sup>29</sup> TURNER, R. H. The public perception of protest. *American Sociological Review*, v. 34, p. 815-831, 1969.

Temos então que o protesto seria a ação conjunta de indivíduos que não acontece regularmente e que visa a certos objetivos por intermédio de pressão nos chamados grupos alvos.

Eisinger<sup>30</sup> aborda o protesto como manifestações coletivas que buscam proporcionar a “[...] pessoas relativamente sem poder um instrumento de negociação no processo político”. Essas pessoas relativamente sem poder referem-se ao que Lipsky<sup>31</sup> apresentava como aqueles “[...] destituídos de recursos políticos convencionais”. De certa forma, tanto Lipsky e Eisinger acabam por restringir a ação coletiva ao ignorar os grupos que não buscam aceitação política e da mídia. O julgamento do sucesso baseado na obtenção de recursos políticos convencionais ignora um grande número de grupos de protestos e, mais importante, os objetivos mesmos destes grupos.

Na verdade, o enfoque de sucesso e falha deveria deslocar-se para quais são os objetivos e metas dos grupos de protesto, o que acabaria ressaltando a importância da relação entre estrutura e agência. A parte estrutural seria o contexto político em que os grupos de protestos estão.<sup>32</sup> A agência seria “[...] a sabedoria, a criatividade e os resultados das escolhas dos ativistas” ou simplesmente as táticas, as mídias utilizadas pelo grupo.<sup>33</sup>

## 2 Em busca de um referencial teórico

Para que o exercício do voto em uma eleição política seja visto como uma opção significativa e razoável entre os eleitores, eles devem ter algum grau de confiança no certame, nos partidos políticos e no próprio sistema político. A confiança nas eleições pode ser minada de várias maneiras em países em transição. De forma óbvia, onde a fraude se faz presente, as pessoas têm pouca razão para acreditar que seu voto pode fazer diferença. A fraude pode se dar por intimidação ou por compra de voto, ou por uma série de criativas manipulações eleitorais.<sup>34</sup>

Em algumas situações, a frustração com as eleições pode estar diretamente relacionada com os protestos de rua. As fraudes eleitorais mostram-se como um importante vetor para os protestos políticos, fazendo com que as pessoas superem as barreiras à ação coletiva ao perceberem mais claramente as falhas nos sistemas políticos.<sup>35</sup>

<sup>30</sup> EISINGER, Peter K. The conditions of protest behavior in American cities. *American Political Science Review*, n. 67, p. 11-28, p. 13, 1973.

<sup>31</sup> LIPSKY, M. Protest as a political resource. *The American Political Science Review*, v. 62, n. 4, p. 1144-1158, p. 1144, 1968.

<sup>32</sup> MEYER, D. S. Protest and political opportunities. *Annual Review of Sociology*, v. 30, n. 1, p. 125-145, p. 128, 2004.

<sup>33</sup> MEYER, D. S. Protest and political opportunities. *Annual Review of Sociology*, v. 30, n. 1, p. 125-145, p. 128, 2004.

<sup>34</sup> BOULDING, Carew E. *NGOs, political protest, and civil society*. New York: Cambridge University Press, 2014, p. 39.

<sup>35</sup> TUCKER, Joshua A. Enough! Electoral fraud, collective action Problems, and postcommunist colored revolutions. *Perspectives on Politics*, n. 7, v. 3, p. 535-551, 2007.

Ainda em outros casos, as eleições correm relativamente sem grandes problemas procedimentais, mas falham em apresentar escolhas efetivas entre os candidatos, ou entre partidos políticos, ou ainda falham em apresentar alternativas ao *status quo*. No caso em que os eleitores têm poucas esperanças de que as eleições venham a mudar substancialmente suas vidas, o protesto se tornaria um mecanismo de maior apelo para expressar interesses e opinião para o poder constituído.<sup>36</sup>

Ademais, as eleições devem proporcionar uma possibilidade de escolha real entre candidatos, partidos políticos e políticas públicas. A escolha aqui é uma função tanto de quão competitivas são as eleições e uma função dos partidos políticos. Em sistemas partidários fracos e muito fragmentados, pode haver baixa transparência nas eleições ou instabilidade das políticas públicas, tornando difícil para os eleitores associar partidos e candidatos a determinadas questões de políticas públicas. Partidos políticos estáveis, moderados, socialmente enraizados e duradouros oferecem uma maior possibilidade para uma eleição efetiva do que partidos fracos, jovens e centrados mais em candidatos que em propostas.<sup>37</sup>

Mais importante do que definir o que constitui uma eleição livre e justa é verificar sob quais condições as pessoas se sentem satisfeitas e se os instrumentos eleitorais são importantes para expressar necessidades e preferências ao Estado. De certa forma, podemos dizer que as eleições se mostram mais atrativas para a participação política quando os partidos são mais estáveis e moderados, quando há eleições livres e justas com o mínimo de fraude, quando há opções reais de escolha, além de uma alta confiança nas eleições. Por outro lado, quanto mais se vê as eleições como deficientes, os partidos, fracos e pouca opção efetiva nas eleições, mais desinteressantes se tornam as eleições, mesmo para aqueles que se sentem motivados politicamente.

Diferentemente do ato de votar, o protesto não tem um calendário preciso para ocorrer. Os protestos podem incluir eventos de um dia ou movimentos de longo prazo, envolvendo múltiplos atores, estratégias e objetivos. O ato de protestar envolve *sittins*,<sup>38</sup> greves de fome, piquetes, marchas, gritos, bloqueio de vias e a ocupação de espaços públicos. Comparado ao ato de votar, pode ser muito mais custoso para o indivíduo, ao envolver riscos, desde multas a prisão. Por isso, são vistos como um fenômeno bastante diferente do ato de votar. Muito dos fatos que levam ao voto, no entanto, podem igualmente suscitar um maior engajamento político contencioso.

<sup>36</sup> BOULDING, Carew E. *NGOs, political protest, and civil society*. New York: Cambridge University Press, 2014, p. 39.

<sup>37</sup> MAINWARING, Scott; SCULLY, Timothy R. Party systems in Latin America. In: MAINWARING, Scott; SCULLY, Timothy R. (Eds.). *Building democratic institutions: party systems in Latin America*. Stanford, CA: Stanford University Press, 1995, p. 1-34.

<sup>38</sup> Os manifestantes atuam sentando e acampando em determinados ambientes.



De forma particular, o acesso a recursos, uma noção de eficácia política (crença de que o protesto pode se transformar em uma maneira efetiva de alcançar objetivos políticos) e o contato com redes sociais propiciam uma maior predisposição ao protesto.

O acesso mais fácil a recursos propicia o protesto tanto quanto o ato de votar – pessoas com mais tempo e recursos são mais propensas a encarar a participação política seja no voto, em comícios ou nas ruas. A escola do movimento social apontou a disponibilidade de recursos como determinante para que pessoas “lesadas e descontentes fossem capazes de superar os problemas da ação coletiva e organizar um protesto”.<sup>39</sup> Esta teoria evoluiu de uma ênfase nas queixas, nos descontentamentos e na relativa privação para o reconhecimento de que os recursos e os instrumentos para superar os problemas da ação coletiva próprios a atividades de grupos eram importantes para prever quais as insatisfações seriam capazes de desencadear uma ação política organizada.<sup>40</sup>

Nesse aspecto, embora grupos menos privilegiados ou mais pobres possam ter mais potenciais incentivos para protestar, o protesto seria improvável já que os recursos disponíveis para a mobilização e solução dos problemas de ação coletiva, em que indivíduos assumem riscos em benefício de toda uma coletividade, seriam escassos.

Porquanto o protesto não é regulado pelo calendário eleitoral, uma boa parte das pesquisas sobre o movimento social foi em busca de explicações estruturais de como um contexto político afeta a probabilidade de que uma atividade não convencional de participação política aconteça: como se dá a mobilização? Quais são seus apoiadores? Que demandas perseguem? Que táticas e estratégias utilizam? Qual a capacidade de influenciar as políticas públicas?<sup>41</sup>

Seguidamente, o foco foi para a ideia em torno das estruturas de oportunidades políticas capazes de tornar as manifestações mais ou menos prováveis. Trata-se da teoria da Estrutura de Oportunidade Política (EOP) – também conhecida como “modelo de processo político” – detalhada no trabalho pioneiro de Eisinger de 1973.<sup>42</sup> Esta perspectiva foi a primeira a apresentar uma abordagem diferente ao fenômeno a partir do próprio conceito de oportunidades políticas: mudanças no ambiente político que influenciam as possibilidades de sucesso de um evento. O ambiente político seria

<sup>39</sup> ZALD, Mayer N. Looking backward to look forward: reflections on the past and future of the resource mobilization program. In: MORRIS, Aldon D.; MUELLER, Carol McClurg (Eds.). *Frontiers in social movement theory*. New Haven, CT: Yale University Press, 326-48, p. 327, 1992.

<sup>40</sup> ZALD, Mayer N. Looking backward to look forward: reflections on the past and future of the resource mobilization program. In: MORRIS, Aldon D.; MUELLER, Carol McClurg (Eds.). *Frontiers in social movement theory*. New Haven, CT: Yale University Press, 326-48, 1992.

<sup>41</sup> MEYER, D. S. Protest and political opportunities. *Annual Review of Sociology*, n. 30, p. 125-145, 2004.

<sup>42</sup> EISINGER, Peter K. The conditions of protest behavior in American cities. *American Political Science Review*, n. 67, p. 11-28, 1973.

“[...] o contexto em que a política ocorre”.<sup>43</sup> Este contexto é chamado de estrutura de oportunidades políticas:

[...] fatores como características do chefe do Executivo, a maneira como as eleições legislativas acontecem, a distribuição das aptidões e posições sociais, e o grau de desintegração social, tomados individual ou coletivamente servem, de diferentes maneiras, para obstruir ou facilitar as atividades dos cidadãos na busca de determinados objetivos políticos. Outros fatores contextuais, como a capacidade de resposta governamental e o nível de recursos da comunidade auxiliam na definição das probabilidades de sucesso da atividade política do cidadão. Em resumo, elementos no ambiente impõem certas restrições na atividade política ou então abrem oportunidades.<sup>44</sup>

A maneira pela qual os indivíduos e os grupos se comportam em um sistema político não é, então, simplesmente, uma função dos recursos à sua disposição, mas sim uma função das aberturas, dos pontos fracos, das barreiras e dos recursos do próprio sistema político. Haveria, nesse aspecto, uma interação, uma ligação, entre o ambiente, visto como uma estrutura de oportunidades políticas, e o comportamento político.<sup>45</sup>

Impende destacar três características para essa definição. As variáveis do ambiente político somente são chamadas de EOPs caso estejam relacionadas aos objetivos dos indivíduos. Daí que, para avaliar se determinado fator é uma EOP, precisa-se verificar quais os objetivos dos atores. As probabilidades de sucesso são objetivamente definidas, ou seja, do ponto de vista do observador. Seriam probabilidades objetivas.

O analista determinaria quão provável um dado fator do ambiente/contexto político leva à obtenção do objetivo do grupo. A percepção do cidadão ou grupo não faz parte da definição. Também é importante observar que, para determinar se um dado fator do ambiente político é ou não uma EOP, importa estabelecer uma relação causal, ou seja, a questão precisa ser respondida em que extensão um fator muda a probabilidade de objetivos serem alcançados.

As EOPs seriam capazes de impactar o “comportamento político”. Eisinger<sup>46</sup> aponta que o protesto é “em parte” uma função das oportunidades políticas. Mas que função seria essa? Duas hipóteses são suscitadas. Uma é um modelo linear,

<sup>43</sup> EISINGER, Peter K. The conditions of protest behavior in American cities. *American Political Science Review*, n. 67, p. 11-28, p. 11, 1973.

<sup>44</sup> EISINGER, Peter K. The conditions of protest behavior in American cities. *American Political Science Review*, n. 67, p. 11-28, p. 11, 1973.

<sup>45</sup> EISINGER, Peter K. The conditions of protest behavior in American cities. *American Political Science Review*, n. 67, p. 11-28, p. 12, 1973.

<sup>46</sup> EISINGER, Peter K. The conditions of protest behavior in American cities. *American Political Science Review*, n. 67, p. 11-28, p. 14, 1973.

ou seja, haveria uma relação linear entre as EOPs como variáveis independentes e o protesto como variável dependente: se as EOPs são muito baixas, o protesto é baixo. O crescimento de oportunidades reduziria a tendência ao protesto.

O modelo curvilíneo avançado por Eisinger assemelha-se a um “u” invertido: se as oportunidades são bem baixas, o protesto quase não existe; e mais oportunidades elevam os protestos. No caso das oportunidades políticas excederem certo patamar, o protesto declinará. Em outras palavras, sistemas mistos, *i.e.*, sistemas em que as oportunidades são em parte abertas e em parte fechadas, proporcionariam maiores protestos.

O modelo linear prevaleceria caso o protesto fosse visto como uma “resposta frustrada”:<sup>47</sup> grupos que “ficam impossibilitados pelas vias convencionais de ter acesso aos locais em que as decisões são tomadas”<sup>48</sup> acabam expressando suas frustrações pelo protesto. Baixas EOPs levariam a mais protestos. Se o sistema fica mais aberto, a frustração e, logo, o protesto refluem. Trata-se de um mecanismo de frustração e agressão.

No que pertence à relação curvilínea, contrariamente ao modelo linear, o protesto aumentaria de início e depois cairia caso as EOPs aumentassem. Eisinger parece admitir que haja fortes expectativas de que os governantes acabam acatando as demandas dos grupos. Em um sistema misto (parcialmente aberto e parcialmente fechado) “o ritmo de mudanças não se coaduna com o esperado”, ou seja, as expectativas mudam mais rápido que as mudanças nas oportunidades políticas (“ou as decisões dos governantes”).<sup>49</sup>

O protesto é visto por Eisinger como sinônimo de impaciência.<sup>50</sup> Isso implica que expectativas crescentes levam a descontentamentos. Se o sistema é bem aberto, as demandas acabam encontrando respaldo de maneira que os protestos declinam.

Como vimos, Eisinger explica o protesto mediante alguns efeitos das mudanças de oportunidades: se são fechadas, a frustração é maior; caso se abram, a frustração reflui (o modelo linear).

No modelo curvilíneo, as estruturas de oportunidade geram expectativas que, caso não sejam cumpridas, implicam descontentamento. Tais expectativas relacionam-se à probabilidade de que alguns bens públicos sejam provisionados. “A frustração” é o descontentamento com a provisão de bens públicos. Eisinger menciona

<sup>47</sup> EISINGER, Peter K. The conditions of protest behavior in American cities. *American Political Science Review*, n. 67, p. 11-28, p. 14, 1973.

<sup>48</sup> EISINGER, Peter K. The conditions of protest behavior in American cities. *American Political Science Review*, n. 67, p. 11-28, p. 14, 1973.

<sup>49</sup> EISINGER, Peter K. The conditions of protest behavior in American cities. *American Political Science Review*, n. 67, p. 11-28, p. 15, 1973.

<sup>50</sup> EISINGER, Peter K. The conditions of protest behavior in American cities. *American Political Science Review*, n. 67, p. 11-28, p. 15, 1973.

alguns fatores que influenciam o protesto.<sup>51</sup> A privação/carência seria um deles, algo relacionado a características individuais. Outro fator seriam as “necessidades organizacionais” das elites, que usam os protestos para ampliar sua organização.

Eisinger define as estruturas de oportunidade como variáveis que aumentam ou diminuem a probabilidade na consecução de um objetivo pelos indivíduos caso os grupos sejam politicamente ativos. Ele então se refere às probabilidades objetivas: probabilidades que não são distorcidas pelas percepções dos atores, mas que são objetivamente dadas, do ponto de vista de terceiros como cientistas sociais.

Posicionamento similar apresenta McAdam:<sup>52</sup> “[...] expandir oportunidades políticas implica mudar as características institucionais ou alinhamentos políticos informais de um dado sistema político, reduzindo a disparidade de poder entre um dado grupo desafiador e o estado”. A característica objetiva da definição enfatiza a necessidade de uma redução na disparidade de poder – da perspectiva de um observador. Goldstone e Tilly<sup>53</sup> também apontam para uma definição objetiva: oportunidade seria a probabilidade que ações de protesto social levem a um grau de sucesso na obtenção do resultado desejado.

Um problema com a definição objetiva é a mensuração da própria probabilidade na consecução do objetivo, no caso de uma ação política. Suponhamos que, por ex., o resultado de uma eleição leve à formação de uma grande coalizão dos partidos socialistas e conservadores. Qual a probabilidade objetiva que a mudança de ambiente possa levar ao objetivo? É difícil imaginar que alguém possa responder a essa questão. Os proponentes da teoria da EOP não sugeriram nenhuma regra de mensuração rigorosa. Nos estudos empíricos decide-se *ad hoc* se houve uma mudança de oportunidades ou não.<sup>54</sup>

Diante da dificuldade em se determinar objetivamente as EOPs, surge sua vertente subjetiva. Tarrow define as oportunidades políticas como “[...] dimensões do ambiente político que proporcionam incentivos para as pessoas empreender ações coletivas ao afetar suas expectativas de sucesso ou falha”.<sup>55</sup> Em outras palavras, as características do ambiente político são, por definição, apenas estruturas de oportunidade se conseguem alterar as expectativas de sucesso ou insucesso. Os fatores do ambiente, tal como são percebidos, afetam a ação política.

<sup>51</sup> EISINGER, Peter K. The conditions of protest behavior in American cities. *American Political Science Review*, n. 67, p. 11-28, p. 25-6, 1973.

<sup>52</sup> MCADAM, D. “Initiator” and “spin-off” movements: diffusion processes in protest cycles. In: TRAUGOTT, M. (Ed.) *Repertoires and cycles of collective action*. Durham, NC: Duke University Press, 1995, p. 217-239, p. 224.

<sup>53</sup> GOLDSTONE, J.; TILLY, C. Threat (and opportunity): popular action and state response in the dynamics of contentious action. In: AMINZADE, R. R. et al. (Eds.). *Silence and voice in the study of contentious politics*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 179-194, 2001, p. 182.

<sup>54</sup> OPP, Karl-Dieter. *Theories of political protest and social movements*. A multidisciplinary introduction, critique and synthesis. NYC: Routledge, 2009, p. 168.

<sup>55</sup> TARROW, S. *Power in movement. Social movements, collective action and politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994, p. 85.

A medida se apresenta menos problemática, pois não temos que verificar probabilidades objetivas, mas apenas percepções dos indivíduos. Isto tem sido feito mediante pesquisas de opinião.

E qual a abrangência das oportunidades? Eisinger<sup>56</sup> se referiu textualmente a “oportunidades políticas”. A questão que ele não respondeu é o que distingue as oportunidades políticas das não políticas. Tampouco há resposta na literatura que se seguiu. Depois do artigo de Eisinger, várias classificações de oportunidades foram sugeridas. Nesse aspecto, enquanto Koopmans e Statham<sup>57</sup> introduziram a “estrutura da oportunidade discursiva”, McAdam<sup>58</sup> aponta para as “oportunidades culturais.” Haveria, então, ampla abertura para a introdução de numerosos outros tipos de oportunidades. Por que não distinguir, como sugere OPP, entre “oportunidades econômicas”, “oportunidades cognitivas” e “oportunidades emocionais”?<sup>59</sup>

A literatura, todavia, distingue diferentes dimensões de EOPs. Tarrow,<sup>60</sup> por exemplo, lista 5 dimensões-chave: o grau de abertura à participação; a evidência de reordenamento político dentro do país; o aspecto dos aliados influentes; as divisões entre as novas elites e um declínio na capacidade do estado de reprimir dissensões. McAdam<sup>61</sup> proporciona uma discussão comparativa das dimensões sugeridas por vários autores.

Mister se faz assinalar que as dimensões não são classificações nem definições de EOPs. As dimensões de Tarrow<sup>62</sup> apenas dizem respeito a um e apenas um tipo de estrutura de oportunidade e não aos seus diferentes tipos. Na verdade, as dimensões envolvem proposições empíricas: é invocado que as dimensões afetam os EOPs. Nessa senda, de acordo com Kitschelt, quatro fatores (isto é, suas dimensões) determinariam a abertura dos regimes políticos a novas demandas.<sup>63</sup>

Kriesi *et al.*<sup>64</sup> mantêm que a EOP é constituída de quatro partes: “estruturas de clivagem nacional, estruturas institucionais, estratégias prevaletentes e estruturas

<sup>56</sup> EISINGER, Peter K. The conditions of protest behavior in American cities. *American Political Science Review*, n. 67, p. 11-28, p. 11, 1973.

<sup>57</sup> KOOPMANS, R.; STATHAM, P. Ethnic and civic conceptions of nationhood and the differential success of the extreme right in Germany and Italy. In: GIUGNI, M., MCADAM, D.; TILLY, C. (Eds.). *How social movements matter*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999, p. 225-251, p. 228.

<sup>58</sup> MCADAM, D. “Initiator” and “spin-off” movements: diffusion processes in protest cycles. In: TRAUGOTT, M. (Ed.) *Repertoires and cycles of collective action*. Durham, NC: Duke University Press, 1995, p. 217-239, p. 219.

<sup>59</sup> OPP, Karl-Dieter. *Theories of political protest and social movements*. A multidisciplinary introduction, critique and synthesis. NYC: Routledge, 2009, p. 171.

<sup>60</sup> TARROW, S. *Power in movement: social movements and contentious politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998, p. 2.

<sup>61</sup> MCADAM, D. The framing function of movement tactics: strategic dramaturgy in the civil rights movement. In: MCADAM, D., MCCARTHY, J.; ZALD, M. N. (Eds.). *Comparative perspectives on social movements*. Political opportunities, mobilizing structures, and cultural framings. Cambridge: Cambridge University Press, 1996, p. 338-355.

<sup>62</sup> TARROW, S. *Power in movement: social movements and contentious politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998, p. 2.

<sup>63</sup> KITSCHELT, H. Political opportunity structures and political protest: Anti-nuclear movements in four democracies. *British Journal of Political Science*, v. 16, p. 57-85, p. 63, 1986.

<sup>64</sup> KRIESI, H.; KOOPMANS, R.; DUYVENDANK, W.; GIUGNI, M. G. *New social movements in Western Europe*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1995, p. XIII.



de aliança”. Assim, uma clivagem ou, para mencionar um outro exemplo, um “reordenamento político dentro de uma nação”, são sempre oportunidades políticas.

Se uma definição subjetiva é adotada, então a presença das dimensões deve aumentar a probabilidade subjetiva de obtenção do alvo. Aparentemente, os autores que sugerem as dimensões para uma EOP implicitamente também assumem que tal relacionamento existe. Daí que a variável dependente – as atividades de contestação – é vista como um indicador de relevância da variável independente. Trata-se claramente de um argumento circular, ou seja, a incidência da variável dependente é vista como uma prova para a incidência da variável independente.

Sublinhamos, destarte, que é muito questionável proporcionar listas *a priori* das dimensões e argumentar que elas se relacionam com um aumento ou decréscimo das EOPs. As dimensões envolvem proposições empíricas, ou seja, elas devem ser testadas empiricamente quanto à capacidade de afetar a consecução dos objetivos real ou simplesmente a percepção de que o objetivo está mais próximo.

Em nosso trabalho, como será descrito no tópico seguinte, vamos utilizar as dimensões das EOPs tal como sugerido pela literatura relevante para a área e adotando uma concepção subjetiva para elas.

### 3. Uma avaliação empírica

#### 3.1 O modelo e suas variáveis

Trataremos de avaliar o grau de institucionalização na propensão de um brasileiro participar de protestos usando os dados mais recentes do *World Values Survey*. Em sua última rodada, de número 6, foram entrevistadas 1.500 pessoas no Brasil no mês de maio de 2014.<sup>65</sup> Esta pesquisa, desenhada para representar uma amostra da população em idade de votar, abarca uma grande quantidade de tópicos, desde questões relacionadas à satisfação com a situação material dos entrevistados às diversas participações na política, convencionais ou não.

Importante assinalar que um dos métodos estatísticos aptos a analisar um conjunto de dados no qual há uma ou mais variáveis independentes e a variável dependente mostra-se dicotômica (há apenas dois resultados possíveis: participar ou não participar de protestos) é a regressão logística, utilizada no presente caso.<sup>66</sup>

<sup>65</sup> A amostra, com 1.500 entrevistas, foi totalmente probabilística e foi planejada em três estágios de sorteio. O primeiro estágio foi o sorteio de 150 setores censitários, o que representou 100% do total de setores censitários do país, incluindo as zonas urbana e rural. Ver toda a metodologia, amostragem e questionário aplicado em WORLD VALUES SURVEY. *World Values Survey Wave 6: 2010-2014*. King's College Old Aberdeen – United Kingdom, 2014. Disponível em: <<http://www.worldvaluessurvey.org/WVSDocumentationWV6.jsp>>. Acesso em: 14 set. 2015.

<sup>66</sup> Na regressão logística, a variável dependente é binária ou dicotômica, ou seja, contém apenas dados codificados como 1 (verdadeiro, sucesso, etc.) ou 0 (falso, insucesso, etc.). Para maiores detalhes ver: UCLA. Institute for Digital Research and Education. *Introduction to Stata*. 2007. Disponível em: <<http://www.ats.ucla.edu/stat/stata/dae/logit.htm>>. Acesso em: 12 set. 2015.



A estimativa em uma regressão logística escolhe os parâmetros que maximizam a probabilidade de que os valores da amostra sejam possíveis.

Em que circunstâncias os brasileiros terão um incentivo a participar de forma não convencional da política? Boa parte da literatura aponta que a propensão ao protesto está associada a alguns traços individuais e motivacionais. Averiguaremos, ademais dessas características, se existe uma relação entre as manifestações recentes e a qualidade das instituições do país:

Instituições fortes estão normalmente associadas a um bom governo, enquanto que o oposto é verdadeiro quando as instituições revelam-se deficientes. Sob a égide de instituições fracas, tanto a certeza na sua eficácia quanto a confiança nos seus resultados tendem a ser baixos, levando os indivíduos a considerar formas alternativas de afetar a política.<sup>67</sup>

Foram utilizadas regressões com duas variáveis dependentes. A primeira delas constitui “a participação das pessoas em demonstrações pacíficas no ano de 2013” (à não participação foi atribuído o valor “0” e à participação, valor “1”, ainda que tenham participado mais de uma vez). A segunda variável expressa “a participação em qualquer outro tipo de protesto, com exceção de manifestações pacíficas, greves e petições escritas em 2013”, em que novamente à não participação é atribuído o valor “0” e qualquer atuação, “1”.

Norris, Walgrave e Van Aelst<sup>68</sup> catalogaram os “fatores desencadeadores” que foram usados em estudos anteriores de participação política não convencional, ou seja, as variáveis independentes ou preditoras, que seriam os aspectos socioeconômicos e as motivações individuais. Inserimos no grupo as percepções das oportunidades do ambiente político (as EOPs), que foram mensuradas na pesquisa de acordo com a avaliação de importantes instituições por parte da população.

Entre as variáveis socioeconômicas apresentam-se a idade, o gênero, a educação, a classe social e a religiosidade. Estudos já realizados<sup>69</sup> indicam que tais

<sup>67</sup> MACHADO, Fabiana; SCARTASCINI, Carlos; TOMMASI, Mariano. Political institutions and street protests in Latin America. *Research Department Publications* 4643. Inter-American Development Bank, Research Department, 2009, p. 16.

<sup>68</sup> NORRIS, Pippa; WALGRAVE, Stefaan; VAN AELST, Peter. *Who Demonstrates?* Disaffected rebels, conventional participants, or everyone? Harvard University, 2003, Draft. Disponível em: <<http://www.hks.harvard.edu/fs/pnorris/ Acrobat/Who%20demonstrates.pdf>>. Acesso em: 02 set. 2015, p. 23.

<sup>69</sup> NORRIS, P. *Democratic Phoenix: reinventing political activism*. Cambridge University Press, 2002. NORRIS, Pippa; WALGRAVE, Stefaan; VAN AELST, Peter. *Who demonstrates?* Disaffected rebels, conventional participants, or everyone? Harvard University, 2003, Draft. Disponível em: <<http://www.hks.harvard.edu/fs/pnorris/ Acrobat/Who%20demonstrates.pdf>>. Acesso em: 02 set. 2015, p. 23. DALTON, Russel J; SICKLE, Alix van; WELDON, Steven. The individual-institution nexus of protest. *British Journal of Political Science*, v. 40, p. 51-73, 2009. BOOTH, John; SELIGSON, Mitchel. *The legitimacy puzzle in Latin America: political support and democracy in eight nations*. New York: Cambridge University Press, 2009. MOSELEY, Maso; LAYTON, Matthew. Prosperity and protest in Brazil: The wave of the future in Latin America? *AmericasBarometer Insights Series*, 2013, n. 92, Latin American Public Opinion Project, Vanderbilt University.

fatores alteram a propensão ao protesto. A crença de que os mais educados e/ou os mais ricos participam mais ativamente de determinadas manifestações políticas está presente em grande parte das pesquisas. Parte-se da ideia de que tais formas de participação pressupõem algum grau de conscientização e entendimento do processo político, qualidades que a educação e a posição social influenciariam positivamente.

Um segundo conjunto de variáveis diz respeito às atitudes motivacionais dos cidadãos do país, como o interesse na política, seu posicionamento em uma escala ideológica entre esquerda e direita, o grau de entendimento da política e o nível de confiança nas outras pessoas. Para Machado *et al.*<sup>70</sup> a confiança interpessoal está diretamente relacionada com a natureza coletiva dos protestos. Os protestos e as demonstrações tendem a ter mais sucesso quanto maior o número de participantes. Daí que o incentivo à participação em um grupo como esse está positivamente correlacionado com a extensão da crença do indivíduo de que o seu próximo não vai decepcioná-lo. Aqui também incluiremos o ativismo cívico<sup>71</sup> como a participação em organizações da sociedade civil e a atuação como membros de partidos políticos e de sindicatos.

Um último conjunto de dados, que Norris *et al.*<sup>72</sup> alcunham de apoio ao sistema, refere-se justamente às estruturas de oportunidades políticas. São eles: o valor da democracia, a confiança no congresso, a confiança nos partidos políticos, a confiança no funcionamento dos mercados, na imprensa, no Judiciário, nas Forças Armadas e nos sindicatos.

### 3.2 Os resultados

A partir das discussões no tópico anterior, apresentamos as variáveis dependentes: variável dependente 1, participação em demonstrações pacíficas e variável dependente 2, participação em outros tipos de protesto. Enquanto variáveis independentes, temos: idade, gênero (masculino), educação, classe social, religiosidade, interesse na política, ideologia, entendimento da política, o nível de confiança nas outras pessoas, ativismo cívico, valor da democracia, confiança no congresso, confiança nos partidos políticos, confiança no funcionamento dos mercados, na imprensa, no Judiciário, nas Forças Armadas e nos sindicatos.<sup>73</sup> As hipóteses levantadas são

<sup>70</sup> MACHADO, Fabiana; SCARTASCINI, Carlos; TOMMASI, Mariano. Political institutions and street protests in Latin America. *Research Department Publications* 4643. Inter-American Development Bank, Research Department, 2009, p. 20.

<sup>71</sup> VERBA, S.; ALMOND, G. *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*. Princeton: Princeton University Press, 1963.

<sup>72</sup> NORRIS, Pippa; WALGRAVE, Stefaan; VAN AELST, Peter. *Who demonstrates? Disaffected rebels, conventional participants, or everyone?* Harvard University, 2003, Draft. Disponível em: <<http://www.hks.harvard.edu/fs/pnorris/Acrobat/Who%20demonstrates.pdf>>. Acesso em: 02 set. 2015, p. 23.

<sup>73</sup> Respectivamente no WVS: V92 e V94 para as variáveis dependentes, enquanto as variáveis explicativas têm a numeração: V242, V240, V248, V238, V145, V84, V95, V7, V24, V32, V140, V117, V116, V120, V110, V114,

as de que as variáveis explicativas são capazes de ampliar ou diminuir as chances de os brasileiros participarem de protestos.<sup>74</sup>

Os resultados foram condensados e apresentados na tabela 1 que se segue.

**Tabela 1: Resultados da regressão**

	Demonstrações pacíficas		Outros protestos	
	ODDS	P-Razão	ODDS	P-Razão
<b>idade</b>	0.96	0.01	0.98	0.01
<b>gênero (masculino)</b>	1.01	0.99	1.37	0.37
<b>educação</b>	1.14	0.05	1.05	0.0
<b>classe</b>	1.35	0.03	2.17	0.0
<b>religiosidade</b>	0.89	0.18	0.93	0.46
<b>interesse política</b>	0.92	0.25	1.26	0.23
<b>ideologia</b>	1.05	0.72	1.16	0.01
<b>entendimento política</b>	1.10	0.70	1.30	0.17
<b>confiança próximo</b>	1.42	0.05	1.61	0.04
<b>civismo</b>	1.46	0.02	1.15	0.65
<b>confiança democracia</b>	0.89	0.01	0.85	0.05
<b>confiança congresso</b>	0.68	0.32	0.57	0.11
<b>confiança partidos</b>	1.23	0.05	1.33	0.02
<b>confiança mercados</b>	1.68	0.10	1.20	0.47
<b>confiança imprensa</b>	1.68	0.05	1.35	0.04
<b>confiança judiciário</b>	1.39	0.04	1.32	0.05
<b>confiança forças armadas</b>	0.82	0.36	0.70	0.05
<b>confiança sindicatos</b>	0.69	0.15	1.36	0.2

V109 e V112 (WORLD VALUES SURVEY. *World Values Survey Wave 6: 2010-2014*. King's College Old Aberdeen – United Kingdom, 2014. Disponível em: <<http://www.worldvaluessurvey.org/WVSDocumentationWV6.jsp>>. Acesso em: 14 set. 2015).

<sup>74</sup> Fundamental se faz observar como as variáveis explicativas foram apresentadas na pesquisa do WVS. A variável idade é contínua, entre 17 e 92 anos. O gênero foi reduzido a uma variável dicotômica, se masculino igual a 1 e se feminino 0. Assim investiga-se na regressão se o fato de ser do gênero masculino afeta as chances de protesto. A educação vai de uma escala de 1 a 9, onde 1 representa ausência de educação formal e 9 educação superior completa. Já para a classe social, atribui-se 1 à classe mais alta e 5 à classe mais baixa, com os estratos medianos de 2 a 4. No que concerne à religiosidade, a escala vai de 1 para quem assiste a cerimônias mais de uma vez por semana até 7 para quem nunca assiste. O interesse na política vai da pontuação 1 para os muito interessados até 4 para quem não apresenta interesse algum. A ideologia situa-se entre 1 e 10, 1 representando um radical de esquerda e 10 um radical de direita. O entendimento da política está entre 1 (muito importantes) a 4 (sem importância). A confiança no próximo, dicotômica, apresenta valor 1 quando se acredita nos outros e 0 quando não se acredita. O grau de civismo está representado pela participação em organizações de caridade e/ou humanitárias, recebendo valor 1 caso seja um membro ativo e 0 caso seja um membro inativo ou não participe. Já para a democracia, a proxy escolhida, quão importante é que seu país seja governado democraticamente, inicia-se com o valor 1, para quem acredita ser totalmente sem importância, até o valor 10, extremamente importante. Para as variáveis seguintes, confiança no congresso, nos partidos, nos mercados, na imprensa, no Judiciário, nas Forças Armadas e nos sindicatos, os resultados estão entre 1, confiam plenamente, 2 confiam muito, 3 confiam pouco e 4 não confiam (WORLD VALUES SURVEY. *World Values Survey Wave 6: 2010-2014*. King's College Old Aberdeen – United Kingdom, 2014. Disponível em: <<http://www.worldvaluessurvey.org/WVSDocumentationWV6.jsp>>. Acesso em: 14 set. 2015).

Antes de procedermos à análise dos dados, convém precisar a função de alguns termos estatísticos. O primeiro deles, a *odds ratio* (razão de chance), que aqui vamos tratar pela sua sigla em inglês, OR, representa uma estatística que mensura as chances de um determinado resultado acontecer se um dado fator estiver presente. Trata-se de uma medida que nos diz quão mais provável uma pessoa exposta a certo fator em estudo apresente um determinado comportamento comparado a outra pessoa que não está exposta. É usada para comparar as probabilidades relativas da ocorrência dos resultados de interesse (protesto, por exemplo), tendo em vista diferentes percepções das estruturas de oportunidades políticas ou diferentes condições pessoais socioeconômicas.<sup>75</sup> O termo assim é interpretado:

- OR=1, a percepção/exposição não afeta as chances de o resultado ocorrer;
- OR>1, a percepção/exposição está relacionada a maiores possibilidades de o resultado ocorrer;
- OR<1, a percepção/exposição está relacionada a menores possibilidades de o resultado ocorrer.

Ressalte-se que, em uma análise de regressões, testes de hipótese são necessários para aferir a validade de um argumento levantado em relação à população.<sup>76</sup> Todos os testes de hipóteses vêm usando ultimamente o que se chama de p-valor para avaliar a força da evidência, ou seja, o que os dados estão nos dizendo acerca da população.<sup>77</sup> De um ponto de vista mais prático, pode-se afirmar que o p-valor representa a chance ou a probabilidade do efeito observado nas variáveis dependentes ser devido ao acaso, e não aos fatores que estão sendo estudados.

Como toda probabilidade, o p-valor irá variar entre 0 e 1. Na grande maioria das áreas, admite-se um valor crítico de p menor ou igual a 0,05, ou seja, assume-se como margem de segurança 5% de chances de erro ou, por outro ângulo, 95% de chances de estar certo.

Os resultados confirmam parcialmente as hipóteses apresentadas quanto ao impacto das variáveis socioeconômicas, das motivacionais e das estruturas de

<sup>75</sup> Tudo começa com o conceito de probabilidade. Supondo que a probabilidade de sucesso de algum evento é 0,8, a probabilidade de insucesso é  $1 - 0,8 = 0,2$ . As chances de sucesso são definidas como a razão da probabilidade de sucesso em relação à probabilidade de insucesso. Em nosso exemplo, as chances de sucesso são  $0,8 / 0,2 = 4$ . Isso quer dizer que as chances de sucesso são de 4 para 1.

<sup>76</sup> Chama-se população ou universo estatístico ao conjunto de todos os elementos que têm pelo menos uma característica comum. A amostra refere-se a um subconjunto finito da população.

<sup>77</sup> Vamos supor que foi verificada a eficiência de dois tratamentos. No primeiro deles, a média foi maior que a do segundo. Após realizar as análises estatísticas adequadas, encontrou-se um valor de  $p=0,2$ . O que isso significa? Significa que a chance dessa diferença entre as médias ser devido ao acaso (e não um efeito dos tratamentos) é de 20%. Em outras palavras, ao se afirmar que as diferenças entre as médias ocorreram por causa dos tratamentos, há 20% de chances de se estar enganado (RUMSEY, Deborah J. *Statistics for dummies*. NJ: Wiley, 2011, p. 32).

oportunidades políticas. Na regressão com a variável dependente participação em demonstrações pacíficas, os resultados significativos pelo p-valor menor ou igual a 0,05 são: idade, educação, classe social, civismo, confiança no próximo, confiança na democracia, confiança nos partidos, na imprensa e no Judiciário. Considerando a variável participação em outros protestos, mostraram-se como determinantes pela significância estatística: idade, educação, classe social, ideologia, confiança no próximo, confiança na democracia, confiança nos partidos, na imprensa e no Judiciário.

Finalmente, em nenhuma das especificações, as variáveis relativas ao gênero, à religiosidade, ao interesse na política, ao entendimento da política, à confiança no congresso, à confiança nas forças armadas e à confiança nos sindicatos tiveram efeitos razoáveis sobre os resultados, ou seja, são estatisticamente indistinguíveis em relação às outras variáveis.

Repisando, algumas das *proxies*<sup>78</sup> relacionadas ao funcionamento das instituições têm um efeito significativo estimado na probabilidade de participação em um protesto. Isto porque, em termos estatísticos, os p-valores das variáveis confiança na democracia, confiança nos partidos, na imprensa e no Judiciário revelaram-se menores ou iguais a 0,05. Em outras palavras, as hipóteses levantadas de que tais fatores afetam a propensão ao protesto são provavelmente verdadeiras e, portanto, não resultam de uma situação aleatória. Nesse sentido, a tabela 1 assinala que a valorização da democracia pode fazer cair as chances de participar de manifestações pacíficas em até 11% e em outros protestos, em até 15%.<sup>79</sup>

Para interpretar as ORs da confiança no Judiciário, na imprensa e nos partidos, importa mencionar, como foi discriminado na nota de rodapé 74, que os resultados da pesquisa de opinião foram tabulados entre 1 e 4: 1, para os que confiam plenamente; 2, confiam muito; 3, confiam pouco e 4, não confiam. De outro modo, quanto maior o valor, maior a desconfiança.

Voltando à tabela 1, percebe-se que quanto mais se desconfia do Judiciário, da imprensa e dos partidos, aumentam-se as chances de manifestações. A desconfiança nos partidos pode fazer aumentar as chances nas duas formas de demonstrações em 23 e 33%, respectivamente. Uma vez que tal desconfiança no Brasil é superior à média dos países vizinhos, como vimos na introdução, tal variável é um preditor importante para novas manifestações.

O que dizer das chances de protestar de acordo com a confiança na imprensa e no Judiciário? Também aqui as estatísticas indicam que quão maior é a desconfiança, maiores as chances de manifestações não convencionais. Entretanto, os dados do

<sup>78</sup> Termo estatístico para designar variável utilizada para substituir outra de difícil mensuração.

<sup>79</sup> Pelos dados do World Values Survey, brasileiros confiavam, em média, mais na democracia que seus vizinhos de continente (WORLD VALUES SURVEY. *World Values Survey Wave 6: 2010-2014*. King's College Old Aberdeen – United Kingdom, 2014. Disponível em: <<http://www.worldvaluessurvey.org/WVSDocumentationWV6.jsp>>. Acesso em: 14 set. 2015).



*World Values Survey*<sup>80</sup> revelam que a confiança nestas instituições no Brasil é consideravelmente maior que na maior parte dos países latino-americanos, com exceção do Chile. Tal percepção provavelmente inibiu a capacidade destas variáveis de provocar mais protestos, contrabalançando o efeito daquelas que os estimularam. Isto posto, a interação de todas essas variáveis faz com que a propensão dos indivíduos em tomar as ruas seja menor no Brasil.

No que pertine às atitudes motivacionais, apenas a confiança no próximo para as duas variáveis dependentes e o civismo para as demonstrações pacíficas corroboraram os argumentos levantados pela literatura. De forma particular, os envolvimento relacionados à solução de problemas na coletividade tem um peso na participação em protestos: cidadãos que participam ativamente dessas atividades têm bem mais chances de participar de protestos que aqueles que não apresentam.

Respeitante aos controles socioeconômicos, tanto os mais bem educados são mais propensos às formas alternativas de participação como os pertencentes às classes mais altas. Na idade, os resultados indicam que quanto mais velho, menor a iniciativa em participar de movimentos sociais.

A ideologia foi estimada como apresentando um efeito positivo e significativo na propensão dos brasileiros em participar de outros tipos de protesto. Da forma como ela foi mensurada na pesquisa, os resultados indicam que quanto mais de direita for o cidadão, maiores as chances de se engajarem em manifestações.

Do exposto, os resultados apresentados ratificam nossas expectativas de que o contexto político, sua estrutura e sua percepção são importantes preditores da atividade de protesto no Brasil.

Por último, utilizamos o instrumental estatístico chamado de previsão ajustada (*adjusted prediction*)<sup>81</sup> para visualizar graficamente como a desconfiança nos partidos e como a confiança na democracia impactam as probabilidades de protesto. Mediante as previsões ajustadas, especificamos valores para cada uma das variáveis independentes no modelo e seguidamente verificamos a probabilidade do evento acontecer (no caso, protesto) para o indivíduo que apresenta tal valor. No gráfico 4, a seguir, percebemos que as probabilidades de protesto refluem com a valoração da democracia, enquanto o gráfico 5 sustenta que a desconfiança nos partidos políticos influi nas decisões de um maior ativismo.<sup>82</sup>

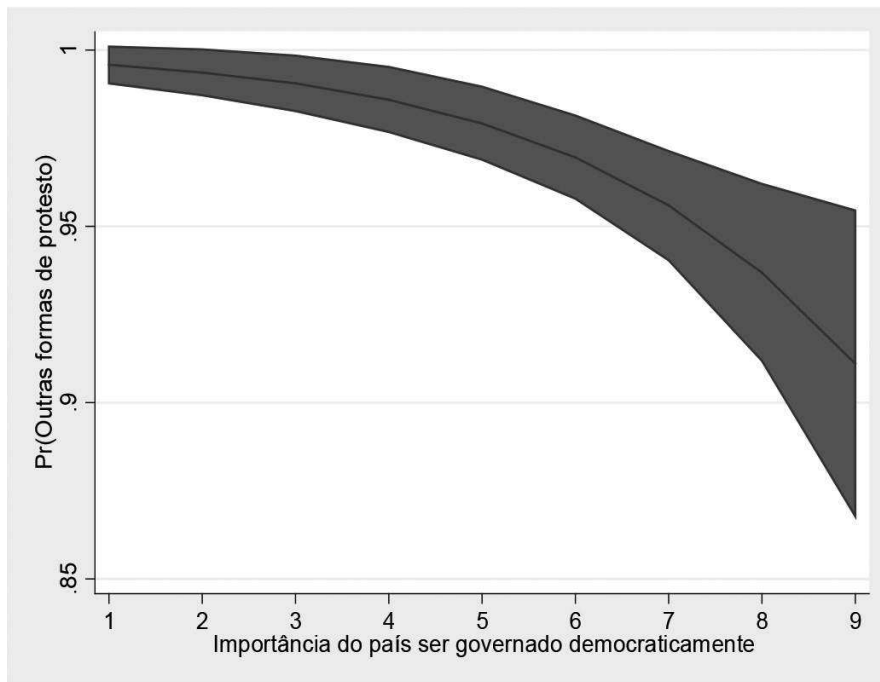
<sup>80</sup> WORLD VALUES SURVEY. *World Values Survey Wave 6: 2010-2014*. King's College Old Aberdeen – United Kingdom, 2014. Disponível em: <<http://www.worldvaluessurvey.org/WVSDocumentationWV6.jsp>>. Acesso em: 14 set. 2015).

<sup>81</sup> BUIS, Maarten L. Predict and adjust with logistic regression. *The Stata Journal*, 7, n. 2, p. 221-226, 2007.

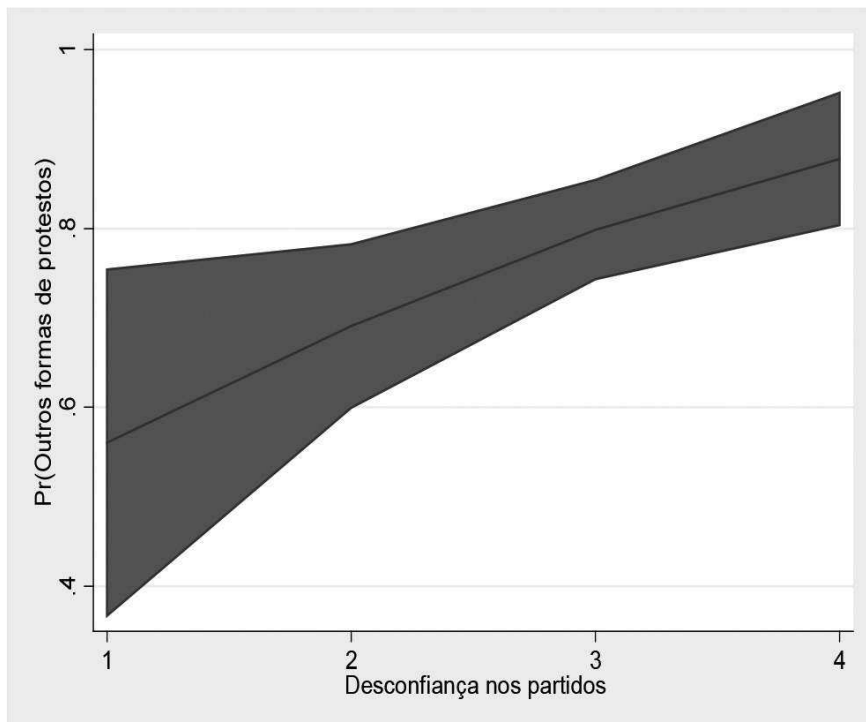
<sup>82</sup> Os dados foram igualmente obtidos do WORLD VALUES SURVEY. *World Values Survey Wave 6: 2010-2014*. King's College Old Aberdeen – United Kingdom, 2014. Disponível em: <<http://www.worldvaluessurvey.org/WVSDocumentationWV6.jsp>>. Acesso em: 14 set. 2015.



**Gráfico 4: Previsão ajustada de outras formas de protesto e a importância do país ser governado democraticamente**



**Gráfico 5: Previsão ajustada de outras formas de protesto e a desconfiança nos partidos políticos**



## 4 Conclusão

Os protestos recentes no Brasil foram sem precedentes tanto devido ao tamanho das manifestações como por causa de sua natureza espontânea. Havia, no entanto, vários sinais de que esse despontar estaria próximo, tendo em vista a crescente insatisfação com os serviços públicos, com a corrupção e com algumas instituições democráticas. Todavia, nos índices de protesto apresentados pelo *World Values Survey*, percebemos que os brasileiros, em 2013, não participaram tão intensamente e tão frequentemente dessas manifestações tal como o fizeram os chilenos, os argentinos e mexicanos, por exemplo. Por outro lado, também sublinhamos que o grau de insatisfação com algumas instituições representativas no Brasil, como os partidos políticos e o Congresso, apresentava-se até maior que na maioria de seus pares latino-americanos.

De acordo com a teoria da Estrutura de Oportunidade Política, havia sinais de um contexto político muito mais propenso ao protesto. Por que, destarte, eles não foram ainda mais intensos e mais frequentes quando analisados numa perspectiva comparada?

Argumentamos que quando algumas instituições funcionam bem ou que quando pelo menos a percepção é que funciona bem, os atores políticos estarão mais propensos a participar de arenas institucionalizadas, enquanto que, quando estas mesmas instituições mostram-se fragilizadas, canais mais diretos de participação podem ser escolhidos.

Exploramos essa relação empiricamente utilizando duas formas de manifestações: participação em demonstrações pacíficas e participação em outros tipos de protestos. Buscamos uma explicação mediante um conjunto de variáveis. Nossos resultados apontam que há uma relação entre instituições sólidas e confiáveis com uma menor participação nas ruas. Igualmente confirmamos algumas interações entre características individuais e o ato de protestar.

Uma questão que surge é preocupante: se os atores passarem a acreditar que a melhor maneira de afetar as decisões é mediante formas alternativas, os incentivos a desenvolver instituições mais fortes e com bom funcionamento tende a ser menor. Por outro lado, poderíamos suscitar um círculo virtuoso, como sugere Machado *et al.*,<sup>83</sup> por meio de incentivos para os indivíduos investirem no fortalecimento de certas instituições e na capacidade de afetar decisões a partir delas. Nesta senda, Leitão<sup>84</sup> recentemente observou, em um posicionamento alvissareiro:

<sup>83</sup> MACHADO, Fabiana; SCARTASCINI, Carlos; TOMMASI, Mariano. Political institutions and street protests in Latin America. *Research Department Publications* 4643. Inter-American Development Bank, Research Department, 2009, p. 20.

<sup>84</sup> LEITÃO, Miriam. *História do futuro: o horizonte do Brasil no século XXI*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015, p. 19.

[...] o brasileiro está insatisfeito com a democracia, desconfia dos políticos e acha que o governo gasta mal o dinheiro que sai de seu bolso. Esse descontentamento fortalece a democracia e não o contrário, é ele que fará o país continuar aperfeiçoando as instituições.

Por fim, apesar de termos tratado das recentes manifestações para um único país da América Latina num certo intervalo de tempo, acreditamos que a investigação poderá ser replicada em uma escala maior, objetivando verificar se esse comportamento é observado em uma série de dados temporal ou em uma série de dados em painel, envolvendo várias outras nações. Em muitos países latino-americanos, as diversas formas de manifestações políticas não convencionais vêm desempenhando um papel decisivo na definição de muitas das ações e políticas governamentais. Relevante se faz, então, explicar por que este tipo de participação surgiu mais intensamente em alguns contextos políticos e econômicos e não em outros.

## Referências

- ANDERSON, A. Environmental pressure politics and the risky society. In: ALLAN, S. et al. (Eds.). *Environmental risks and the media*. London: Routledge, 1990, p. 94-104.
- ARENDETT, Hannah. *Sobre a Revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- BACEN. *Focus – Relatório de Mercado*. Brasília, 2015. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?FOCUSRELMERC>>. Acesso em: 21 set. 2015.
- BOOTH, John; SELIGSON, Mitchel. *The legitimacy puzzle in Latin America: political support and democracy in eight nations*. New York: Cambridge University Press, 2009.
- BOULDING, Carew E. *NGOs, political protest, and civil society*. New York: Cambridge University Press, 2014.
- BUIS, Maarten L. Predict and adjust with logistic regression. *The Stata Journal*, 7, n. 2, pp. 221-226, 2007.
- CAMPOS, Álvaro. *Para Monica de Bolle Brasil enfrenta uma tempestade perfeita*. Estado de São Paulo, 22.08.2015. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,para-monica-de-bolle-brasil-enfrenta-uma-tempestade-perfeita-imp,1748757>>. Acesso em: 21 set. 2015.
- DALTON, Russel J; SICKLE, Alix van; WELDON, Steven. The individual-institution nexus of protest. *British Journal of Political Science*, v. 40, pp. 51-73, 2009.
- DATAFOLHA. *Protestos sobre aumento na tarifa dos Transportes II*. São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2013/06/19/protestos-aumento-tarifa-ii.pdf>>. Acesso em: 08 jul. 2015.
- DIANI, M. The concept of social movement. *Sociological Review*, v. 40, n. 1, p. 1-25, 1992.
- EISINGER, Peter K. The Conditions of Protest Behavior in American Cities. *American Political Science Review*, n. 67, p. 11-28, 1973.
- FERREIRA, Francisco H. G.; MESSINA, Julian; RIGOLINI, Jamele; LÓPEZ-CALVA, Luis-Felipe; LUGO, Maria Ana; VAKIS, Renos. *Economic mobility and the rise of the Latin American middle class*. Washington, DC: World Bank, 2013.
- FOLHA DE SÃO PAULO. *Preocupação com a saúde cai 11 pontos, aponta Datafolha*. São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/04/1436998-preocupacao-com-a-saude-cai-11-pontos-em-meio-a-politicas-do-governo-dilma.shtml>>. Acesso em: 30 jul. 2015.

GOLDSTONE, J.; TILLY, C. Threat (and opportunity): popular action and state response in the dynamics of contentious action. In: AMINZADE, R. R. et al. (Eds.). *Silence and voice in the study of contentious politics*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 179-194, 2001.

IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – 2013*. Brasília, 2013. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2013/>>. Acesso em: 01 set. 2015.

IBOPE. *Pesquisa CNI – IBOPE: avaliação do governo – (junho 2015)*. Brasília: CNI, 2015. Disponível em: <[http://arquivos.portaldaindustria.com.br/app/cni\\_estatistica\\_2/2015/07/01/31/Pesquisa\\_CNI-IBOPE\\_Avaliacao\\_do\\_Governo\\_Junho2015.pdf](http://arquivos.portaldaindustria.com.br/app/cni_estatistica_2/2015/07/01/31/Pesquisa_CNI-IBOPE_Avaliacao_do_Governo_Junho2015.pdf)>. Acesso em: 08 jul. 2015.

IBOPE. *Pesquisa CNI – IBOPE: avaliação do governo – (setembro 2015)*. Brasília: CNI, 2015. Disponível em: <<http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/Documents/Pesquisa%20CNI-IBOPE%20Avalia%C3%A7%C3%A3o%20do%20Governo%20Set15.pdf>>. Acesso em: 01 out. 2015.

DATAFOLHA. *Avaliação da presidente Dilma Rousseff*. Agosto, 2015. Disponível em: <[http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2015/08/06/avaliacao\\_dilma\\_agosto\\_2015.pdf](http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2015/08/06/avaliacao_dilma_agosto_2015.pdf)>. Acesso em: 23 set. 2015.

IBOPE. *Protestos de rua*. São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/06/veja-integra-da-pesquisa-do-ibope-sobre-os-manifestantes.html>>. Acesso em: 08 jul. 2015.

JENKINS, J. C.; FORM, W. Social movements and social change. In: JANOSKI, T.; ALFORD, R.; HICKS, A; SCHWARTZ, M. A. (Eds.). *The handbook of political sociology*. States, civil societies, and globalization. Cambridge: Cambridge University Press, 2005, p. 331-348.

KITSCHOLT, H. Political opportunity structures and political protest: Anti-nuclear movements in four democracies. *British Journal of Political Science*, v. 16, p. 57-85, 1986.

KOOPMANS, R.; STATHAM, P. Ethnic and civic conceptions of nationhood and the differential success of the extreme right in Germany and Italy. In: GIUGNI, M.; MCADAM, D.; TILLY, C. (Eds.). *How social movements matter*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999, p. 225-251.

KRIESI, H.; KOOPMANS, R.; DUYVENDANK, W.; GIUGNI, M. G. *New social movements in Western Europe*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1995.

LEITÃO, Miriam. *História do futuro: o horizonte do Brasil no século XXI*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015.

LIPSKY, M. Protest as a political resource. *The American Political Science Review*, v. 62, n. 4, p. 1144-1158, 1968.

MACHADO, Fabiana; SCARTASCINI, Carlos; TOMMASI, Mariano. Political institutions and street protests in Latin America. *Research Department Publications* 4643. Inter-American Development Bank, Research Department, 2009.

MAINWARING, Scott; SCULLY, Timothy R. Party systems in Latin America. In: MAINWARING, Scott; SCULLY, Timothy R. (Eds.). *Building democratic institutions: party systems in Latin America*. Stanford, CA: Stanford University Press, 1995, p. 1-34.

MCADAM, D. “Initiator” and “spin-off” movements: diffusion processes in protest cycles. In: TRAUOGOTT, M. (Ed.) *Repertoires and cycles of collective action*. Durham, NC: Duke University Press, 1995, p. 217-239.

MCADAM, D. The framing function of movement tactics: strategic dramaturgy in the civil rights movement. In: MCADAM, D.; MCCARTHY, J.; ZALD, M. N. (Eds.). *Comparative perspectives on social movements*. Political opportunities, mobilizing structures, and cultural framings. Cambridge: Cambridge University Press, 1996, p. 338-355.

MEYER, D. S. Protest and political opportunities. *Annual Review of Sociology*, v. 30, n. 1, p. 125-145, 2004.

MOSELEY, Maso; LAYTON, Matthew. Prosperity and protest in Brazil: the wave of the future in Latin America? *AmericasBarometer Insights Series*, 2003, No. 92, Latin American Public Opinion Project, Vanderbilt University.

- NÓBREGA, Maílson. A crise não é institucional. *Revista Veja*, 09.09.2015, p. 20.
- NORRIS, P. *Democratic Phoenix: reinventing political activism*. Cambridge University Press, 2002.
- NORRIS, Pippa; WALGRAVE, Stefaan; VAN AELST, Peter. *Who demonstrates? Disaffected rebels, conventional participants, or everyone?* Harvard University, 2003, Draft. Disponível em: <<http://www.hks.harvard.edu/fs/pnorris/ Acrobat/Who%20demonstrates.pdf>>. Acesso em: 02 set. 2015.
- OECD. *Database – PISA 2012*. Paris, 2013. Disponível em: <<http://pisa2012.acer.edu.au/>>. Acesso em: 14 jul. 2015.
- OLSON, M. *The Logic of collective action*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1965.
- OPP, Karl-Dieter. *Theories of political protest and social movements*. A multidisciplinary introduction, critique and synthesis. NYC: Routledge, 2009.
- RUMSEY, Deborah J. *Statistics for dummies*. NJ: Wiley, 2011.
- SINGER, André. Brasil, junho de 2013, classes e ideologias cruzadas. *Novos estud. – CEBRAP*. São Paulo, n. 97, p. 23-40. Nov. 2013. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-33002013000300003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002013000300003&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 21 set. 2015.
- TARROW, S. *Power in movement*. Social movements, collective action and politics. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.
- TARROW, S. *Power in movement: Social movements and contentious politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
- TOCH, H. *The social psychology of social movements*. Indianapolis, IN: Bobbs-Merrill, 1965.
- TRATABRASIL. *Saneamento no Brasil*. 2015. Disponível em: <<http://www.tratabrasil.org.br/saneamento-no-brasil>>. Acesso em: 20 ago. 2015.
- TUCKER, Joshua A. Enough! Electoral fraud, collective action problems, and postcommunist colored revolutions. *Perspectives on Politics*, n. 7, v. 3, p. 535-551, 2007.
- TURNER, R. H. The public perception of protest. *American Sociological Review*, v. 34, p. 815-831, 1969.
- UCLA. Institute for Digital Research and Education. *Introduction to Stata*. 2007. Disponível em: <<http://www.ats.ucla.edu/stat/stata/dae/logit.htm>>. Acesso em: 12 set. 2015.
- VERBA, S.; ALMOND, G. *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*. Princeton: Princeton University Press, 1963.
- WORLD VALUES SURVEY. *World Values Survey Wave 6: 2010-2014*. King's College Old Aberdeen – United Kingdom, 2014. Disponível em: <<http://www.worldvaluessurvey.org/WVSDocumentationWV6.jsp>>. Acesso em: 14 set. 2015.
- ZALD, Mayer N. Looking backward to look forward: reflections on the past and future of the resource mobilization program. In: MORRIS, Aldon D.; MUELLER, Carol McClurg (Eds.). *Frontiers in social movement theory*. New Haven, CT: Yale University Press, p. 326-48, 1992.

---

Informação bibliográfica deste texto, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

COELHO, André Felipe Canuto; BORBA, Bruna Estima. A qualidade das instituições importa? Os protestos no Brasil no governo Rousseff. *A&C – Revista de Direito Administrativo & Constitucional*, Belo Horizonte, ano 16, n. 65, p. 219-247, jul./set. 2016. DOI: 10.21056/aec.v16i65.266.

---